BORGES, Teresa Maria Machado. A criança em idade pré-escolar: desenvolvimento e educação. 3°ed. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro, 2003.
BRITO, Teca Alencar de. Música na Educação Infantil: Propostas para a formação integral da criança. 9. ed. São Paulo: Peirópolis, 2015.
A contribuição da música na construção do conhecimento na educação infantil. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/11038/8838>
. Acesso em: 16 out. 2017.
Conteúdos e Didática de Artes. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40543/1/Visao_Geral.pdf>. Acesso em: 01 Mai. 2018.
CORREIA, Marcos Antonio. Música na Educação: uma possibilidade pedagógica. Revista Luminária, União da Vitória, PR, n. 6, p. 83-87, 2003. Publicação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória. ISSN 1519-745-X
MAGILL, R. Aprendizagem Motora: conceitos e aplicações. São Paulo: Edgard Blücher, 1984.
Música ferramenta de ensino para a construção de conhecimentos. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/musica-ferramenta-de-ensino-para-a- construcao-de-conhecimentos/>. Acesso em: 16 Abr. 2018.
Ribeiro, Hugo.História da música no Brasil. Disponível em: < http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Blomberg- Historias_da_Musica_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 16 Abr. 2018.
Música: origens, sons e instrumentos. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/artes/musica---origem-sons-e- instrumentos.htm>. Acesso em: 27 Mar. 2018.
Música: ferramenta de ensino para a construção de conhecimentos. Disponível em <https://pedagogiaaopedaletra.com/musica-ferramenta-de-ensino-para-a- construcao-de-conhecimentos/>. Acesso em 18 Mar. 2018.
Mundo Educação. Disponível em: < http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/datas- comemorativas/01-outubro-dia-internacional-musica.htm>. Acesso em: 16 Mar. 2018.
Planalto. Lei nº 11.769. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.
STOKOE, Patrícia; HARF, Ruth. Expressão corporal na pré-escola. São Paulo: Summus, 1987.
Silva, Denise Gomes da. A importância da música no processo de aprendizagem da criança na educação infantil. 2010. 42 f. Dissertação (graduação em pedagogia)
- Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2010.
TAVARES, Levi de Paula. Musicalização Infantil.Disponível em: <http://www.musicaeadoracao.com.br/tecnicos/musicalizacao/musicalizacao_infantil. htm.18 de maio Brasil>. Acesso em: 16 out. 2017.
VALLE, Paulo Heraldo Costa do. Fundamentos do Movimento Humano. Londrina: Educacional S.A, 2016.

AS PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

LÉIA MOREIRA DE MOURA PARRILLO

RESUMO
A relação entre o homem e o meio ambiente não pode ser reduzida a simples sobrevivência, pois ao longo das décadas, os homens retiraram os recursos da natureza de maneira desenfreada, sem pensar nas consequências negativas que poderiam causar à realidade atual e às gerações futuras. O homem precisa ser reeducado para entender que não é preciso retirar, em excesso, os recursos naturais do meio ambiente, apreendendo qual a quantidade ideal para que ainda ocorra um equilíbrio no ecossistema. A sensibilização humana precisa iniciar desde cedo, com a Educação Infantil, a partir do contato da criança com a aprendizagem, priorizando a formação crítica para construção coletiva de valores sociais, habilidades, competências, atitudes e sensibilidade à percepção da importância da conservação do meio ambiente, tendo ambições pela erradicação dos problemas ambientais, buscando maneiras mais sustentáveis de viver. O objetivo deste estudo é identificar as contribuições da educação ambiental à Educação Infantil. A relevância do tema justifica-se de necessidade da articulação entre ações educativas voltadas às atividades de proteção e recuperação ao meio ambiente desde a infância. A metodologia adotada foi a revisão de literatura, permitindo a observação de que ao apresentar a natureza à criança como um recurso que pode ser esgotado, proporciona a redução do desperdício e aumento da reciclagem, para melhorias sociais e ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Educação Infantil; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Ao longo das décadas, os recursos naturais sofrem um processo de degradação pela sociedade atual que, devido à necessidade de consumo desenfreada, fragmentam o sistema ambiental, acelerando a perda dos meios naturais que garantem a qualidade de vida humana (SANTOS, 2007).

A devassidão ambiental pode ser percebida nas ações da sociedade em questões simples, como a utilização inconsciente de energia elétrica ou na aceleração da exploração de recursos naturais. Essas práticas exigem uma mudança comportamental dos homens, de modo que aconteça uma educação voltada ao meio ambiente, permitindo a sensibilização da humanidade quanto aos problemas ambientais que afetam a sociedade atual e as gerações futuras, que sofrerão com a escassez, caso não o desenvolvimento sustentável não ocorra a educação ambiental (JACOBI, 2012).

Neste contexto, a escola torna-se um importante agente na socialização dos alunos devido a promoção de conhecimento, relacionada à transmissão dos valores das gerações. O espaço escolar é fundamental para a criança assimilar a aprendizagem à realidade que está inserida, podendo perceber que os problemas ambientais podem ser erradicados pela ação humana, pois surgiram com o consumo acelerado de recursos naturais pelo próprio homem (ANDRADE, 2010).

Diante desta realidade, o objetivo deste estudo é identificar as contribuições da educação ambiental à Educação Infantil. Como objetivos específicos, estão: estabelecer a evolução da educação ambiental ao longo das décadas; identificar as transformações e dificuldades de implementação da educação ambiental nas escolas; identificar a educação ambiental como disciplina, abordando seu trabalho nas escolas e pelos docentes.

A relevância do tema justifica-se de necessidade da articulação entre ações educativas voltadas às atividades de proteção e recuperação ao meio ambiente, desde a infância. Na Educação Infantil, as práticas pedagógicas que incentivem as crianças nas mudanças culturais e sociais que potencializem nas atitudes, inseridas por meio de um planejamento e educação ambiental. A convivência em harmonia com o meio ambiente deve ser pautada em todas as aulas, de todas as disciplinas, de maneira integrada e interdisciplinar.

O desenvolvimento do trabalho dependeu de pesquisas bibliográficas, utilizadas para elaboração do referencial teórico.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A natureza é um patrimônio social que precisa ser preservado. Quando este espaço sofre agressões ou violências de qualquer tipo devido ao aumento das necessidades humanas, a natureza perde sua qualidade e as características principais que sustentam as pessoas. Para reduzir o ataque ao patrimônio social
mais rico, não basta que os estragos sejam denunciados, mas é preciso uma reeducação que ensine atitudes a favor do meio ambiente ao homem (DIAS, 2009).

De acordo Santos:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (SANTOS, 2007, p.47).

A educação ambiental é uma aprendizagem, uma compreensão sobre a totalidade dos sistemas ambientais para as pessoas que gerenciam e melhoram as relações pessoais com as ambientais de modo sustentável.

A educação ambiental depende de uma apreciação humana para empregar as tecnologias necessárias, aumentar a produtividades e evitar desastres ambientais (SANTOS, 2007)

Dentre as finalidades da educação ambiental, destacam-se a indução de novas formas de agir dos indivíduos, visando o respeito ao meio ambiente; proporcionar atitudes e valores nos homens, necessários para a proteção do meio ambiente; auxiliar na existência de uma independência econômica, política e ecológica em todas as áreas habitadas pela sociedade (DIAS, 2009).

A educação ambiental tem evoluído em conjunto com os conceitos de meio ambiente, de acordo com a relação humana com este patrimônio social. Com a revolução agrícola, a natureza começou a sofrer derrubadas das florestas e o desmatamento pela ação do homem que caracterizou a extinção de espécies da fauna e flora, além de produzir uma larga poluição do ar e do solo, devido às queimadas e excesso de matéria orgânica espalhadas pelo meio ambiente (MUCELIN, 2014).

No início da década de 1960, o planeta já apresentava problemas ambientais graves que refletiam a falta de consciência humana sobre preservação ambiental, mas a educação ambiental ainda não era cogitada. Apenas em 1965, a educação ambiental foi exposta, pela primeira vez na Inglaterra, com ideias limitadas sobre a necessidade de implantar uma educação aos cidadãos que relatassem os problemas e causas ambientais, definida como um

processo necessário para
formação dos cidadãos acerca das prioridades ambientais da sociedade (DIAS, 2009).
Em 1970, a educação ambiental foi reconhecida mundialmente, sendo apresentados seus valores e definições à humanidade, voltando os padrões ambientais para o desenvolvimento de atitudes humanas importantes na compreensão da relação cultural do homem como a biosfera (MUCELIN, 2014).
No ano de 1972 aconteceu o evento que decidiu a abordagem da educação ambiental mundial, promovida pela Organização das Nações Unidas, consagrada como a Conferência de Estocolmo. Neste momento, a educação ambiental adquiriu um campo de ações pedagógicas que priorizavam questões ambientais mundiais nos currículos escolares (SANTOS, 2007).
Em 1975, a Organização das Nações Unidas promoveu o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, reunindo especialistas de todo o mundo no assunto, ficando estabelecida a formulação de princípios e orientações que norteiam um programa de educação ambiental multidisciplinar, trabalhadas em espaços educacionais que discutam relevâncias nacionais e internacionais sobre as questões ambientais. O ano de 1975 também marcou a elaboração da Carta de Belgrado, expressando as necessidades de atitudes éticas humanas que proporcionem a erradicação da pobreza, da forma, da poluição e da exploração humana (DIAS, 2009).
Já em 1977, a educação ambiental foi definida, em uma conferência mundial, como uma prática educativa orientada aos homens a fim de resolver problemas concretos do meio ambiente, realizado por processos interdisciplinares e da participação ativa dos indivíduos na sociedade e no meio ambiente, ficando postulado que a educação ambiental é essencial para a formação global do cidadão que deve lutar pelo bem-estar da comunidade local e mundial (PELICIONI, 2015).
No mesmo ano foi acrescentada à Carta Belgrado alguns princípios básicos sobre educação ambiental, priorizando a necessidade de identificar os sintomas e as causas dos problemas ambientais de modo a desenvolver o senso crítico humano, além das habilidades de resolver problemas pela aquisição de métodos que permitem a realização de atividades práticas que reconheçam o saber do aluno, valorizando a utilização nas questões ambientais discutidas (SANTOS, 2007).
No ano de 1996, o Conselho Nacional do Meio Ambiente passou a considerar a educação ambiental como um processo de formação e informação, existente para desenvolver a consciência crítica do homem acerca de questões, atitudes e atividades ambientais que priorizem o equilíbrio ambiental. Este conceito definido na conferência foi reafirmado em 2000, objetivando a eliminação da pobreza extrema e do consumo desenfreado que prejudica e causa problemas ambientais irreversíveis; a proposta, a Educação Ambiental é reconhecida para que as pessoas percebam o impacto de suas atitudes antes que elas aconteçam (MUCELIN, 2004).
Dias ainda ressalta os princípios gerais sobre a Educação Ambiental como:

Sensibilização: processo de alerta, é o primeiro passo para alcançar o pensamento sistêmico; Compreensão: conhecimento dos componentes e dos mecanismos que regem os sistemas naturais; Responsabilidade: reconhecimento do ser humano como principal protagonista; Competência: capacidade de avaliar e agir efetivamente no sistema; Cidadania: participar ativamente e resgatar direitos e promover uma nova ética capaz de conciliar o ambiente e a sociedade (DIAS, 2009, p.43).

A sociedade humana precisa de conscientização para lutar, em conjunto, pela preservação do meio ambiente. Os princípios gerais sobre educação ambiental estão elencados de modo a manter a mente humana aberta para as responsabilidades com o presente e futuro do meio ambiente, reconhecendo que as gerações futuras dependem de atitudes atuais sustentáveis.
Segundo Pelicioni (2015) a sociedade atual intenciona muitos desenvolvimentos econômicos e tecnológicos, sem perceber que os impactos ambientais crescem consideravelmente e podem prever uma estagnação no crescimento da qualidade de vida humana. Na ausência de uma conscientização sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, a natureza vai acabar punindo a sociedade, soterrando o homem nas suas necessidades e desejos que dependem do massacre do meio ambiente.
A educação ambiental está legalmente definida em leis que determinam diversos fatores acerca do assunto. Inicialmente, vale ressaltar a Lei n° 9.795, de abril de 1999, cujos artigos remetem à importância da educação formal e não-formal para formar uma sociedade participativa na busca por melhorias na qualidade do meio ambiente (MUCELIN, 2014).
A educação ambiental menciona a construção dos valores, conhecimentos e habilidades sociais ideias para aprimorar as atitudes e as competências sobre a conservação do meio ambiente, essenciais à qualidade de vida sustentável (SANTOS, 2007).
A educação ambiental está mencionada como um direito de todos os cidadãos, cabendo às instituições de ensino a promoção integrada de programas educacionais que desenvolvam e mantenham a atenção dos indivíduos à atuação coletiva e individual de práticas que priorizem a prevenção, identifi-

cação e solução de problemas de caráter ambiental (PELICIONI, 2015).
Os princípios básicos da educação ambiental são o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, interdisciplinarmente, vinculando a ética à educação e garantindo a continuidade e permanência da Educação Ambiental em todo o processo educativo (DIAS, 2009).
Quanto à educação ambiental no ensino formal, fica garantida em lei a inserção dos conceitos ambientais nos currículos das instituições públicas e privadas, desde a educação básica até o ensino superior. Os conceitos de educação ambiental não devem ser implantados como uma disciplina específica no currículo, mas deve estar integrada e incorporada de maneira interdisciplinar nas instituições de ensino (MUCELIN, 2014).
A educação ambiental não-formal está determinada na difusão em espaços nobres, programas e campanhas educativas que informem sobre as necessidades de preservação do meio ambiente, sendo responsabilidade do incentivo do Poder Público federal, estadual e municipal. Os espaços educativos devem executar os programas e atividades vinculadas à educação ambiental, contando com a participação de empresas públicas e privadas na sensibilização social para importância das unidades de conservação do meio ambiente (PELICIONI, 2015).

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÂO INFANTIL

O cuidado com o meio ambiente não deve esperar para ser ensinado às crianças apenas no ensino fundamental, sendo essencial a aprendizagem sobre educação ambiental desde os momentos iniciais da Educação Infantil (CURRIE, 2008).
Segundo Gadotti (2010), atividades simples como a plantação de uma mini horta ou jardins dentro das escolas transforma todo o ambiente que a criança vive, além de permitir aos alunos e professores um convívio com a evolução da natureza, incentivando sua preservação e reconhecendo, desde cedo as diferentes espécies existentes.
Atualmente, as relações humanas com a natureza tendem a destruição e dominação, a fim de garantir um desenvolvimento capitalista maior, as pessoas acabam devastando o meio ambiente sem preocupar-se com o futuro, causando impactos negativos para o presente da humanidade e para as próximas gerações. O consumismo em massa gera acúmulos de bens materiais, tornando os cidadãos competitivos e individualistas, predominando o sentimento egoísta que refletem toda a nação quanto ao desenvolvimento sustentável, resultando em consequências ambientais irreparáveis (MUCELIN, 2014).
Neste contexto, as escolas de Educação Infantil representam uma importante aliada ao meio ambiente ao promover o ensino-aprendizagem da educação ambiental desde o início do entendimento da criança (CARVALHO, 2014).
Os direitos e deveres do cidadão são introduzidos à realidade da criança desde os anos iniciais, mas muitas vezes o modo para cumprir essa realidade não é ensinado, incluindo a preservação do meio ambiente, que deve ser entendido já pela criança como um dever. A consciência de preservação, quanto antes for despertada nas crianças, maiores serão a chance de efetivação do processo (VIANA, 2012).
Segundo Gadotti (2010), o professor de Educação Infantil tem papel fundamental na educação sustentável, pois pode relacionar todos os conteúdos aplicados às crianças com a realidade social que estiver inserida, incentivando a prática do que aprendem em sala de aula. A exposição do conteúdo, apenas para cumprir com o currículo, sem contextualização, promove uma aprendizagem desconexa com a realidade, sem grande importância para o indivíduo, reduzindo o significado da aprendizagem às escrituras no caderno, minimizando o conhecimento. A criança precisa ser convidada a vivenciar o que aprende na escola com seu cotidiano, cabendo ao professor elaborar propostas pedagógicas contextualizadas com o mundo do aluno, permitindo a construção da assimilação. Afinal, se a criança crescer consciente da importância de suas ações e do poder que tem em mãos para transformar a realidade a sua volta, torna-se um adulto responsável e crítico, que não se conforma com as injustiças e, futuramente, procurará formas de preservar o
meio ambiente do consumo desenfreado (GUIMARÃES, 2007).
Uma aprendizagem estruturada desde a Educação Infantil permite que a criança busque novas formas de adquirir conhecimento e, dependendo da abordagem pedagógica do professor, a instigação da imaginação infantil pode elaborar cenários importantes para mudar a sociedade. Algumas dificuldades serão encontradas pelo professor de educação infantil devido à imaturidade das crianças, mas o planejamento objetivo vai permitir que o educador encontre os momentos certos para apresentar a educação ambiental às crianças, por meio de recreações e da ludicidade (CARVALHO, 2014).
A multidisciplinaridade pode assegurar a validação do trabalho do professor ao considerar a importância de atividades lúdicas para entendimento da criança, criando a harmonia e o equilíbrio necessários para a preservação do meio ambiente (CURRIE, 2008).
A escola deve incentivar atitudes coletivas, sustentáveis e responsáveis que conscientize e perdure na criança, formando cidadãos compromissados com o respeito às variadas formas de vida. Não

se pode separar o aluno em corpo e mente como acontece em muitos ambientes da educação infantil, mas relacionar o prazer à aprendizagem, a brincadeira ao conhecimento, para, então, elaborar um sistema educacional que estimule as crianças, os professores e toda a comunidade educacional (GUIMARÃES, 2007).

A educação ambiental pode ser inserida neste momento, privilegiando a proposta de trabalho pedagógica na escola, comunidade e natureza, integrando a realidade da criança com as vivências com o meio ambiente. A realidade social e ambiental deve estar interligada de modo a possibilitar uma reflexão mais pontual para necessidade de mudanças de hábitos e atitudes já nas crianças (VIANA, 2012). Nas escolas de educação infantil, o espaço de acesso das crianças acaba limitado à sala de aula, dificultando a interação com o meio ambiente. É preciso aproveitar a curiosidade da criança para apresentação à natureza, pois o contato com plantas, formigas, pássaros e minhocas, além de tornar a aula mais interessante, vai marcar significativamente a aprendizagem do aluno que, ao envolver-se com espécies diferentes acaba sensibilizado com a importância de cultivar sua existência. A leitura realizada em ambientes externos torna-se propício à construção de uma história completa sobre as necessidades humanas e a destruição
social do contexto real (CARVALHO, 2014).

"A Educação Ambiental é fundamental para trabalhar valores com as crianças e transformar atitudes perante o meio ambiente, com criatividade e sensibilidade, a fim de perceberem sua responsabilidade com a natureza" (VIANA, 2012, p.12).

O desenvolvimento de projetos voltados à educação ambiental é necessário para a Educação Infantil de modo a incentivar as práticas de preservação do meio ambiente nas crianças a fim de que se tornem adultos comprometidos com a realidade do planeta, pois a criança tem mais prazer em aprender quando o conteúdo enriquece sua vivência (CURRIE, 2008). Segundo Gadotti (2010), cultivar a terra, participar da mudança do espaço e cuidar de outras espécies proporciona ao aluno uma assimilação muito maior do que a simples leitura de textos explicativos. As práticas ambientais, ensinadas às crianças, resultarão na valorização dos recursos naturais, preservando o meio ambiente e retirando dele apenas o que é realmente necessário.

As áreas abertas dentro da própria escola são espaços ideais para a criança construir e desenvolver sua capacidade emocional e intelectual de maneira lúdica. As atitudes devem estar de acordo com o discurso do indivíduo para garantir a promoção da preservação do meio ambiente e, nada melhor do que a educação ambiental desde os anos iniciais para garantir esta coerência nas crianças durante seu crescimento, refletindo em um ser humano crítico, responsável, transformador e consciente da necessidade de preservar o planeta, adotando maneiras mais sustentáveis de viver (CARVALHO, 2014).

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROFESSOR

A escola é o espaço ideal para implantação de atividades que ressaltem a importância temática ambiental, a integração do homem com a natureza e com a sociedade. São as instituições de ensino que promovem a reflexão necessária para as discussões em sala de aula serem cada vez mais precisas e pontuais, abordando os temas de relevância social de maneira significativa, contribuindo com a participação dos alunos em atitudes positivas, comprometidas e responsáveis pela proteção do meio ambiente, trabalhadas de maneira interdisciplinar nas salas de aula (ANDRADE, 2010).

A formação atual, com implantação da educação ambiental, certamente proporcionará uma geração de indivíduos com visões inovadoras sobre as necessidades do meio ambiente. Mas se a escola assumir um papel de simples transmissora de informações, nada será mudado a conscientização necessária dos cidadãos quanto às urgências ambientais acontecerá de maneira lenta ou nem
mesmo acontecerá. A proposta da escola deve estar envolvida com a inversão da realidade ambiental mundial, incentivando os alunos a produzirem consequências benéficas que promoverão alternativas para uma vida mais sustentável (OLIVEIRA, 2010).

A escola deve ser promotora de ações para o aluno identificar sua própria capacidade de interferência no meio ambiente e nas causas naturais, percebendo como a destruição acaba, também, como a espécie humana, assim como todas as espécies existentes no planeta. O aluno precisa desenvolver um potencial e considerar a mudança de postura e atitudes a fim de garantir a construção de um futuro social e ambiental preservado (TRISTÃO, 2008).

O ensino formal deve ser um processo permanente e interdisciplinar para garantir a integração da comunidade e escola, promovendo um objetivo comum de ambas: a proteção, harmonia e sustentabilidade ambiental. Com a educação ambiental sendo implantada nos conteúdos de todas as disciplinas do currículo, contextualizadas com a realidade social, a escola passará a auxiliar na percepção integral dos alunos quanto às causas mundiais de agressão ambiental (JACOBI, 2012).

A escola é o espaço de socialização dos indivíduos e as ações ambientais podem ser sugeridas a fim de garantir a continuidade do processo social. As metodologias utilizadas nas salas de aula englobam aulas, palestras e discussões que despertem a criticidade do aluno, oferecendo possibilidades para a

atuação do professor de modo a interligar as disciplinas às questões ambientais. A intervenção do professor será possível quando houver a capacitação do docente para trabalhar temas transversais, como o meio ambiente (ANDRADE, 2010).

A implementação da educação ambiental nas escolas representa um processo complicado e cansativo. As dificuldades encontradas nas práticas que intencionam a sensibilização e formação dos alunos em cidadãos críticos e transformadores da realidade enfrentam desgastes na manutenção e continuidade das atividades (TRIGUEIRO, 2013).

Oliveira (2010) aponta três dificuldades principais que devem ser superadas quando a escola deseja, de fato, implantar a educação ambiental em sua rotina curricular de ensino: buscar alternativas metodológicas que não permitam a indisciplina; quebrar a barreira entre a disponibilidade de horários para estudar os temas ambientais e a estrutura dos horários mínimos de aula e avaliações;

sensibilizar os docentes para mudanças, independente dos obstáculos que surgirem durante o processo, reformulando os desafios, trabalhando criativamente para inovar a educação ambiental.

Os projetos que visam a educação ambiental interdisciplinarmente devem partir de perspectivas que promovam a continuidade na reflexão de alunos, professores, gestores, pais, objetivando a construção verdadeira sobre a necessidade da educação ambiental, objetivando um meio ambiente equilibrado, conservado, de qualidade e sustentável (ANDRADE, 2010).

Quando a educação ambiental é implementada nas escolas, a população tende a beneficiar-se com a aprendizagem dos alunos, conscientes da necessidade de mudar a realidade ambiental, preservando o mundo que vivem, almejando mudanças e transformações que impactaram na melhoria de toda a comunidade (TRISTÃO, 2008).

Para Oliveira (2010), atitudes inovadoras, desenvolvimento de competências, valorização do meio social, reavaliação das necessidades do consumo, preservação ambiental, sensibilização da população aos impactos negativos ambientais, entre outros aspectos, permitem uma conscientização social elaborada pelas práticas pedagógicas realizadas pela escola, professores e alunos.

Os espaços escolares são referências para as crianças que passam boa parte da infância e adolescência estudando em busca de uma formação que permita o crescimento pessoal e profissional. A escola também promove discussões que valorizam o enriquecimento social, despertando no aluno interesses sobre questões que dizem respeito à moradia, lazer e qualidade de vida, estendendo à relação do homem com o meio ambiente e às transformações ambientais na natureza e sociedade (JACOBI, 2012).

A inserção da educação ambiental nas escolas de modo a atingir eficazmente a capacidade crítica do aluno depende do professor que, estando motivado, adequadamente preparado e apresentando conceitos aperfeiçoados, será possível essa formação crítica, reflexiva e inovadora em seus alunos (TRISTÃO, 2008).

De acordo com Guimarães:

Além de uma formação inicial consistente, é preciso considerao111 3058317 p00048005B0 11 5530 Tw 11

culares Nacionais determinam que o meio ambiente seja um tema transversal trabalhado em propostas escolares, de modo que aconteça uma contribuição significativa do homem nas atividades cidadãs, preservando e valorizando o meio ambiente de maneira sustentável, objetivos básicos da educação ambiental (TRIGUEIRO, 2013).

Isso será possível quando, tanto o professor quanto a escola, estabelecerem ações pedagógicas que promovam a interdisciplinaridade e a construção de novas atitudes, modificadoras da realidade ambiental atual (TRISTÃO, 2008).

O educador ambiental que tem a verdadeira intenção de construir novas práticas pedagógicas sobre o meio ambiente encontra-se em uma busca constante de proporcionar em seus alunos, maneiras inovadoras de ver o mundo e encarar a realidade social que pertence. Este professor realiza, frequentemente, cursos de especialização, aprimoramento e reciclagem sobre os assuntos que envolvem o tema, direcionando os conteúdos de maneira que aconteçam reflexões críticas e autônomas dos alunos (JACOBI, 2012).

Trigueiro (2003) chama atenção para a necessidade de inserir processos de atualização e capacitação aos professores a fim de que haja um embasamento sólido nas atividades, ações e práticas nos espaços escolares, objetivando uma proximidade cada vez maior à educação ambiental.

Qualquer professor capacitado tem em mãos possibilidades variadas de trabalho significativo para os alunos, sendo capaz de inovar as práticas pedagógicas não apenas nos muros da escola, mas em toda a comunidade ao redor (OLIVEIRA, 2010).

O educador que tem domínio sobre as questões do meio ambiente conduz seus alunos a perceberem os danos que o próprio homem causa à natureza, permitindo que o discente seja capaz de filtrar as informações, opinar e criticar pontualmente de modo a pensar em soluções que levem a preservação do meio ambiente e a conscientização da sociedade local e mundial. A educação ambiental só acontece quando é possível sentir as necessidades do meio ambiente na prática real do cotidiano (PELICIONI, 2005).

Segundo Trigueiro, somente as ações diárias do educador ambiental poderão promover a capacidade crítica nos alunos, sendo elas:

a) prática da educação ambiental em seu trabalho e na sua vida, construindo, descobrindo e redescobrindo junto com os alunos as questões ambientais locais, nacionais e planetárias;

b) compreensão de forma crítica das realidades sociais, ambientais, educacionais e de suas práticas pedagógicas. Essa análise tende a buscar quais os pontos positivos e as carências da prática cotidiana frente aos dilemas ambientais, servindo de norte para a tomada de novas decisões e metodologias em prol do desenvolvimento crítico e valorativo de novas ações;

c) práxis que une a prática e a teoria;

d) interdisciplinaridade. Uma análise desse tipo permite que o professor possua uma visão ampliada sobre as questões que serão trabalhadas em sala de aula (TRIGUEIRO, 2013, p.281).

Portanto, para trabalhar a educação ambiental, o professor deve transparecer aos alunos uma autoconfiança sobre as possibilidades de mudança da sociedade, do meio ambiente e da realidade atual.

A direção da educação ambiental deve estar na educação cidadã, a motivação e sensibilização dos indivíduos para transformar a realidade social serão cada vez mais evidentes, dinamizando a sociedade e ampliando o controle dos cidadãos sobre assuntos e questões públicas que dizem respeito à qualidade de vida das nações (JACOBI, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou demonstrar a importância de um ensino voltado à preservação e cuidados com o meio ambiente, destacando a necessidade de inserir a educação ambiental já nas séries iniciais da Educação Infantil de modo que as crianças comecem, desde cedo, a conscientização da natureza.

Durante muitos anos, as devastações ao meio ambiente tem sido alvo de discussões por uma postura humana mais sustentável, com consumo dos recursos naturais na medida certa, sem desperdícios ou ataques irreversíveis à natureza. Estas novas atitudes estão diretamente ligadas à educação humana, cuja responsabilidade é fazer o homem enxergar suas falhas para mudar seu pensamento em relação às questões ambientais.

A educação ambiental precisar estar inserida em todas as disciplinas obrigatórias do currículo de maneira interdisciplinar, momento em que o professor passa a ser o facilitador da aprendizagem e aponta aos seus alunos a necessidade de aprender sobre questões ambientais para mudarem a realidade social que está inserida. Espaços escolares cujo livro didático é o único auxiliar da aprendizagem caracterizam em um ensino cansativo para o professor e dos alunos, pois nada além de teorias é estudado e a relevância do assunto acaba ficando perdida em aulas expositivas.

Existem algumas barreiras nas próprias escolas que dificultam a inserção da educação ambiental nos currículos, como falta de preparo da comunidade escolar para discutir questões ambientais com propriedade, a falta de tempo letivo para aulas diferenciadas sobre o tema, professores desinteres-